**ALERTA FINANCEIRO**

Vigilância Pará

Processo: 10280-727.252/2024-10

Classificação: Documento público de livre acesso

1. Durante a fase de lances, pede-se a gentileza de analisar cuidadosamente o valor ofertado, para que os lances sejam efetivamente viáveis, exequíveis e financeiramente vantajosos para a própria empresa. Uma vez assinado o contrato, ele precisa ser honrado pelo licitante em todos os seus detalhes durante todo o período de vigência.
2. A Receita Federal é rigorosa nos pagamentos e verifica todas as obrigações contratuais mediante Instrumento de Medição de Resultados – IMR, aplicando glosas sempre que necessário. Podemos também instaurar procedimento adicional em caso de infrações passíveis de multas e demais penalidades. Além disso, informa-se que retemos todos os impostos incidentes na Nota Fiscal e a empresa recebe só o valor líquido e reduzido já com os impostos (e eventuais glosas) descontados.
3. Durante a fase de lances, a disputa pode às vezes ficar intensa e no calor do momento a empresa pode talvez acabar enviando lance exagerado, incorrendo na "maldição do vencedor", onde o vencedor pode às vezes acabar ganhando um prejuízo. Assim, nem sempre é interessante avançar em uma disputa agressiva para baixar preço.
4. Se seu lance atingir seu próprio limite mínimo aceitável, talvez seja o caso de desistir de ofertar novos lances e esperar para ver se o primeiro colocado vai mesmo ser aceito ou se vai eventualmente ser recusado. Nesses casos, ao invés de tentar cobrir preço inviável, pede-se enviar seu melhor lance viável possível, pois a proposta de menor preço pode eventualmente ser recusada e será analisada a proposta do segundo e assim sucessivamente.
5. Durante a fase de lance, em alguns momentos, a disputa pode eventualmente se prolongar com lances seguidos com pequenas diferenças para o primeiro colocado. Nesses casos, às vezes a melhor estratégia pode talvez ser ofertar um lance com diferença maior de preço (mas que ainda seja viável) para inibir que os demais possam eventualmente tentar cobrir seu preço.

**DESTAQUES**

Pede-se ler e analisar atentamente todo o material desta Licitação, em especial Edital, Termo de Referência e Planilhas de Custo. Pede-se atenção especial aos itens a seguir:

**Edital**

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9.1. Como o objeto licitado envolve gestão de mão de obra terceirizada, a análise de inexequibilidade referida no subitem acima poderá ser feita diretamente no percentual de lucro e custos indiretos e, se a proposta final ajustada contiver taxa de lucro ou de custos indiretos inferior 50% do orçado na planilha da administração, poderá ser feita diligência e poderá ser exigido comprovante de que a empresa tem ou teve contrato similar com taxa menor ou igual à da sua proposta, podendo-se exigir também declaração do respectivo contratante de que os serviços prestados foram satisfatórios, sem nenhuma ocorrência relevante que desabone o licitante.

6.9.2. Os valores obrigatórios por lei, CCT ou outro normativo não poderão ser cotados com parâmetros inferiores ao previsto na planilha modelo anexa ao Edital, para que seja mantida a isonomia entre os licitantes.

**Termo de Referência**

8.26.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima na prestação dos serviços equivalente ao tempo da contratação, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.26.2 O licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.28. Traduzindo os itens anteriores, o licitante deverá apresentar atestados que formem juntos o equivalente a uma única contratação contendo simultaneamente o tempo e o número de postos equivalente ao da contratação, sendo que: a) a soma do tempo é permitida para datas diferentes; b) a soma dos postos só é permitida para datas concomitantes; c) em datas diferentes, somente o número de meses será somado, e o número de postos será mantido pelo menor valor dos atestados a serem somados.

8.29.1 Comprovar a efetiva prestação de serviços de VIGILÂNCIA OSTENSIVA;

8.36. Prova de atendimento aos requisitos da Lei 14.967/24, conforme segue:

8.36.1 Autorização vigente para funcionamento;

8.36.2 Autorização vigente para aquisição e posse de armas e munições; e

8.36.3 Comunicação de início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública da respectiva Unidade da Federação.